



Enfoque: Reflexão Contábil
ISSN: 1517-9087
ISSN: 1984-882X
msrodrigues@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Percepção dos docentes de contabilidade perante as alterações do patrimônio líquido

Gonzales, Alexandre; dos Santos, Ariovaldo

Percepção dos docentes de contabilidade perante as alterações do patrimônio líquido

Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 37, núm. 2, 2018

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307156938014>

DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i2.35461>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 3.0.

Percepção dos docentes de contabilidade perante as alterações do patrimônio líquido

Perception of accounting professors in relation to changes in equity

Alexandre Gonzales

Instituição de Ensino: PUC/SP e Faculdade Fiecamp, Brasil

agonzales@pucsp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-2778-6280>

DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i2.35461>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307156938014>

Ariovaldo dos Santos

Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, Brasil

arisanto@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0003-0388-6284>

Recepção: 16 Fevereiro 2017

Aprovação: 30 Julho 2017

RESUMO:

A contabilidade brasileira vem passando por mudanças no sentido de convergir suas normas às internacionais. Parte das mudanças normativas relacionadas à contabilidade afetou o patrimônio líquido das empresas, por meio da criação de contas ou de reclassificação de valores do patrimônio líquido e de outros elementos das demonstrações contábeis. O presente trabalho objetivou esclarecer questões relacionadas ao entendimento dos docentes de contabilidade sobre tais mudanças. O estudo elaborado foi caracterizado como descritivo, sendo uma pesquisa ex post facto, documental e de campo, e se utilizou de questionário para coletar informações junto ao público alvo, formado por professores de contabilidade em 1.115 cursos de bacharelado em Ciências Contábeis. No questionário foram apresentadas afirmativas, que os respondentes indicaram o grau de concordância com cada uma delas. Em seis das afirmativas houve uma tendência bem definida no comportamento das respostas, e deixou de haver uma tendência predominante na resposta ao se abordar a percepção sobre o impacto das mudanças em empresas de setores distintos. Essa heterogeneidade nas respostas se acentuou ao analisar as respostas segmentadas por titulação dos professores respondentes.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade societária, Convergência contábil, Patrimônio líquido.

ABSTRACT:

Brazilian accounting has been undergoing changes in order to converge their standards to international standards. Part of the regulatory changes related to accounting affected the companies' equity, through the creation of accounts or value reclassification in equity and other financial statements elements. The present work aimed to clarify questions related to the understanding of accounting teachers about such changes. The elaborated study was characterized as descriptive, being an ex post facto, documentary and field research, and it was used a questionnaire to collect information from the target public, formed by accounting professors in 1,115 accounting bachelor degree courses. In the questionnaire, affirmations were presented, which the respondents indicated the degree of agreement with each of them. In six of the statements there was a well-defined trend in the behavior of the responses, and there was no longer a predominant tendency in the response when approaching the perception about the impact of the changes in companies of different sectors. This heterogeneity in the answers was accentuated when analyzing the answers segmented by degree of respondent teachers.

KEYWORDS: Corporate accounting, Accounting convergence, Shareholders' equity.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade societária vem passando por mudanças significativas no Brasil desde a promulgação da Lei nº 11.638/2007, e dentre as mudanças introduzidas a partir do referido texto legal, algumas provocaram alterações no patrimônio líquido das empresas. Dentre essas mudanças estão novos componentes do patrimônio líquido como as contas denominadas ajustes de avaliação patrimonial, gastos na emissão de ações, participação de acionistas não controladores e dividendo adicional proposto.

A questão sobre o patrimônio líquido não é restrita somente a ele. Por definição, o patrimônio líquido é resultante da diferença entre ativo e passivo, portanto não é mais do que um resíduo, e numa formulação mais geral, é a diferença entre recursos e obrigações (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

O patrimônio líquido das empresas é composto não só por transações relacionadas aos acionistas ou sócios, mas também pelos resultados abrangentes, cujo conceito agrupa resultados do período e outros resultados. Estes, por sua vez, podem representar parcela significativa do patrimônio líquido, assim como itens que hoje são classificados no patrimônio líquido e que anteriormente não recebiam esse tratamento. São essas alterações que interessam ao presente estudo e, que para direcioná-lo possui a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção dos professores de contabilidade com relação às alterações do patrimônio líquido ocorridas a partir de 2010?

Para que a questão de pesquisa possa ser respondida, o estudo foi realizado identificando-se as alterações presentes no patrimônio líquido das empresas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2010, que foi o exercício a partir do qual todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passaram a ser atendidos, e a partir delas foi elaborado um questionário a ser respondido por professores de contabilidade.

O objetivo geral deste trabalho foi o de esclarecer questões relacionadas ao nível de compreensão por parte desse público alvo acerca das alterações promovidas no patrimônio líquido das empresas por força da alteração da malha normativa contábil brasileira em função da internacionalização dessas normas.

O presente estudo se justifica na medida em que possuir conhecimento sobre a composição das demonstrações contábeis e suas alterações é importante para os usuários das informações contábeis, enquadrando-se os docentes como tal, pois tais alterações podem refletir em suas decisões.

Estudos recentes apontam que há diferenças significativas entre o Patrimônio Líquido das empresas antes e após as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/2007 (FURUTA; BISPO; VIEIRA, 2010) (COSTA; ALMEIDA; SILVA, 2011) (COSTA; ALMEIDA; SILVA, 2013) (SILVA et al, 2013) (ACUÑA et al, 2013), indicando assim a relevância da questão, especialmente por abordar um público que participa ativamente no processo de construção do conhecimento na área contábil, fornecendo embasamento teórico e prático a profissionais que serão desde elaboradores de demonstrações contábeis até usuários diretos das mais diversas formas.

A obtenção da percepção do público alvo não se caracteriza como uma avaliação de seu conhecimento, delimitando dessa maneira o escopo do presente estudo.

Os respondentes dos questionários não foram escolhidos de forma aleatória, o que torna impossível realizar inferências estatísticas relacionadas a todo universo de docentes em cursos de bacharelado em Ciências Contábeis.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilidade é uma Ciência Social Aplicada e o objetivo de sua existência é o fornecimento de informações úteis aos seus usuários. Esses usuários podem ser internos ou externos às empresas. Isso a caracteriza como uma disciplina pragmática, “existe porque se julga que ela é útil.” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.84).

A necessidade dos usuários determina a forma como a contabilidade se apresenta. A contabilidade nasceu gerencial e não era normatizada. Sua normatização iniciou-se na Europa Continental, nos países latinos e germânicos, para atender ao interesse dos credores, com característica de ser muito conservadora, com o máximo de avaliação para os passivos e o mínimo para os ativos, e esse conservadorismo foi mais exagerado

principalmente entre os germânicos, inclusive em detrimento do regime de competência. Na Inglaterra, a normatização contábil surgiu para atender aos credores e aos investidores igualmente, com características menos conservadoras. Na Inglaterra e nos países sob sua influência esses recursos eram captados por meio de emissão de ações e recorria-se menos aos empréstimos bancários do que em países da Europa Continental. Nos países latinos, privilegiou-se o Fisco durante o processo de normatização contábil (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012).

Os órgãos responsáveis pela emissão de pronunciamentos contábeis recomendam que as firmas produzam informações que atendam ao maior número possível de usuários, assim como o Pronunciamento da Estrutura Conceitual da Contabilidade, emanado do CPC, sugere no Brasil (ALMEIDA, 2010).

Para se entender a contabilidade, a firma pode ser vista como um conjunto de contratos, explícitos ou implícitos, entre agentes que atuam de forma racional. A firma pode ser vista como uma arena na qual agentes econômicos, motivados por si mesmos, agem com base em regras mutuamente combinadas ou aplicadas para atingir seus respectivos objetivos. E esse arranjo é rotulado como firma por conveniência. A contabilidade faz os contratos funcionarem. Afeta os agentes e é uma questão de negociação e barganha entre eles. O tipo de contrato que vincula cada agente à firma depende das características e recursos que o agente fornece e recebe, e determina o interesse em vários aspectos da contabilidade da firma (SUNDER, 1997).

A mudança de normas contábeis pode afetar essa relação contratual entre as partes. Especificamente no caso da utilização de informações contábeis na determinação de crédito em casos de empréstimos, Demerjian (2011) afirma que os covenants, considerando a contabilidade como métrica, têm sido menos frequentes nessas transações, supostamente devido à utilização mais intensa do valor justo na contabilidade das empresas.

Com a aceleração do processo de internacionalização dos mercados e a expansão dos mercados de capitais, os investidores internacionais, analistas, banqueiros e demais usuários da informação contábil têm aumentado sua exigência sobre a contabilidade, para que possam analisar melhor as demonstrações contábeis das companhias transnacionais. O aumento de fusões e aquisições também tem gerado o mesmo efeito (CAMBRIA, 2008).

Para uma informação do mundo das finanças corporativas ser capturada e comunicada, pelo modelo contábil que a ciência e o mundo desenvolvido propõem, deve ser relevante, confiável, ter fidelidade representacional e ter valor preditivo, e esta última condição depende da prevalência da essência sobre a forma (CARVALHO, 2010).

No Brasil, a contabilidade privilegia dados contábeis, como o patrimônio líquido e os lucros anormais (acréscimos ao patrimônio), pois suas empresas dependem de crédito bancário para desenvolverem suas atividades, em decorrência do modelo continental no qual está amparada (GUIMARÃES, 2010).

As alterações ocorridas nas práticas contábeis nos últimos anos buscam atender à necessidade do mercado, no tocante à exigência de maior confiabilidade e maior qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas (GERON, 2008). Mesmo havendo diferenças entre as normas emitidas pelo CPC e as normas emitidas pelo IASB, as demonstrações contábeis pelo CPC podem ser declaradas “de acordo com as IFRSs”, ressaltando que raciocínio inverso não deve ser aplicado em função de certas restrições específicas do cenário nacional, como, por exemplo, a reavaliação de ativos (COSTA; TEÓFILO; YAMAMOTO, 2012).

Em pesquisa baseada nas companhias abertas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e também nas companhias abertas norte-americanas listadas em bolsas de valores daquele país, Benetti (2011) concluiu ser esperado um acréscimo na qualidade da informação contábil, assim como na sua comparabilidade em decorrência da adoção das normas internacionais de contabilidade.

Vieira (2010) apresentou indícios de que houve aumento de qualidade das informações contábeis com a adoção das novas normas contábeis no Brasil, a partir de 2008, mesmo considerando que o período destacado para que o estudo fosse elaborado compreendesse o período de transição, entre normas vigentes anteriormente e as atuais.

No cenário brasileiro houve aumento na qualidade da informação contábil e uma redução no custo de capital próprio após a adoção completa das IFRS aponta estudo elaborado por Silva (2013).

A utilização de normas internacionais de contabilidade teve consequências significantes e positivas para o desenvolvimento do mercado de capitais, revelou estudo com amostra de 38 países em desenvolvimento. A utilização dos padrões do IASB direcionou para a melhoria de qualidade da informação contábil informada por companhias abertas, assim como da motivação por parte dos investidores em realizar mais transações (ZEGHAL; MHEDHBI, 2012).

A adoção voluntária dos padrões internacionais de contabilidade pode ter como resultado um maior número de analistas acompanhando as informações da empresa, assim como uma significativa redução do custo de capital (KARAMANOU; NISHIOTIS, 2009).

A busca pelo aumento de qualidade das informações é sempre desejável e encontra um obstáculo que é a subjetividade. À medida que uma informação se desprende da objetividade tem potencial para ser mais útil, mas também traz consigo uma dose de incerteza decorrente da aplicação da subjetividade (LOPES; MOSQUERA, 2010). A comparabilidade, a redução de custos e a globalização econômica são objetivos importantíssimos favorecidos pela pressão para a internacionalização das normas contábeis (IUDÍCIBUS, 2010).

Esse parece ser o dilema: ficar com uma informação objetiva e possivelmente pouco útil, ou com uma informação subjetiva e potencialmente mais útil. Pelo desenvolvimento das normas contábeis, é possível afirmar que a escolha recai sobre a segunda opção.

As normas internacionais de contabilidade permitem um grau de avaliação e julgamento superior ao que existia previamente no Brasil. Ao se detalhar excessivamente procedimentos pode surgir o conforto por parte dos usuários em conhecer os detalhes das práticas adotadas pelas entidades, conduzindo a uma maior padronização de processos. Ocorre, porém, que tal conduta acaba por não permitir que o reconhecimento de fenômenos econômicos de forma que exista uma aderência maior à realidade de cada entidade que reporta informações, e essa aderência passa a existir quando há uma maior flexibilidade nesse reconhecimento respeitando-se sempre princípios gerais. Nesse sentido os estudos têm apontado uma maior qualidade nas demonstrações contábeis após o início do processo de convergência de normas contábeis. As normas internacionais ao permitirem maior flexibilidade no julgamento não priorizam a padronização de procedimentos, e ressaltam a importância de se refletir a realidade econômica dos eventos que compõem o dia a dia das entidades.

As normas internacionais de contabilidade passaram a ser utilizadas obrigatoriamente na União Europeia a partir de 2005, nas demonstrações contábeis consolidadas. No intuito de verificar se a adoção dessas normas produziu algum impacto significativo em um determinado grupo específico de demonstrações contábeis, Miranda (2008) estudou a diferença entre indicadores de instituições financeiras de três países: Reino Unido, França e Espanha. Nesse estudo foi comparada a prática local com a prática decorrente da adoção das IFRSs. Os indicadores utilizados foram: liquidez imediata, alavancagem e capitalização. A conclusão foi de que houve diferença significativa entre os indicadores de bancos de alguns países da União Europeia, considerando-se as práticas locais e as práticas segundo as IFRSs.

A adoção obrigatória de IFRS por parte de empresas europeias levou a um aumento de receita líquida das empresas estudadas para o ano de 2004, e no caso de 75% delas o aumento foi considerado material, enquanto que 12% das empresas apresentaram queda na receita líquida para o mesmo período. A norma que mais contribuiu para esse aumento de receita foi a IFRS 3, sobre combinação de negócios (O'CONNELL; SULLIVAN, 2008).

Houve dois ciclos de incorporação das novas normas contábeis no cenário contábil brasileiro, sendo o primeiro 2007/2008, e o segundo 2009/2010. Analisando-se as empresas com maior volume negociado junto à BM&FBovespa, pertencentes ao grupo IBrX-100, exceto empresas financeiras e seguradoras, Acuña et al. (2013) concluíram que no primeiro ciclo verificou-se diferença significativa apenas com relação ao lucro

líquido ajustado, enquanto que no segundo ciclo constatou-se diferença significativa no patrimônio líquido ajustado.

As demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC 13, resultantes do primeiro passo rumo à adoção de novas normas contábeis alinhadas mundialmente, revelaram novas informações ao mercado, e essas informações foram oportunas, tomando-se por base as demonstrações contábeis das empresas pertencentes ao IBrX-100 da BM&FBovespa, representando, desse modo, as empresas com ações mais líquidas (SILVA; LOPES, 2012).

Em estudo que abordou a primeira fase da convergência de normas no Brasil em 2008, Neto, Dias e Pinheiro (2009) constataram que os indicadores econômico-financeiros das empresas analisadas não foram afetados de modo significativo apesar das diferenças existentes entre os dois conjuntos normativos. O trabalho se utilizou de dados de empresas pertencentes a algum grau de governança corporativa da Bovespa, que publicaram demonstrações contábeis de 2008 no antigo padrão brasileiro, e também em IFRS, e foram comparados indicadores de endividamento, de liquidez e de desempenho econômico.

No mesmo sentido concluíram Braga et al. (2011) ao detectarem que a média dos indicadores de rentabilidade, composição de endividamento, imobilização dos recursos não correntes, participação do resultado financeiros nas despesas operacionais, média do ativo imobilizado e média de lucro líquido, não tiveram indícios de diferença significativa, ao comparar-se demonstrações contábeis de 2007 originais e as reapresentadas de acordo com os padrões contábeis adotados no Brasil a partir de 2008. Por outro lado a média do indicador de endividamento se apresentou significativamente diferente nas mesmas condições.

Estudando-se indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade de demonstrações contábeis de treze companhias relativas aos exercícios de 2004 a 2009, por meio de teste de quebra estrutural foi apontada instabilidade apenas nos indicadores de liquidez geral e de retorno sobre o patrimônio líquido, enquanto que teste de comparação de médias apresentou significância estatística apenas ao comparar indicadores de liquidez corrente (MARTINS; PAULO, 2010).

Foram identificadas diferenças significativas entre o Patrimônio Líquido das empresas antes e após as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/2007 (FURUTA; BISPO; VIEIRA, 2010). Igualmente foram apontadas diferenças significativas também entre os valores apresentados no patrimônio líquido de empresas de extração e recursos minerais apurados sob normas distintas, antes e após o início do processo de convergência de normas contábeis para os anos de 2008 e 2009 (COSTA; ALMEIDA; SILVA, 2011), entre valores do patrimônio líquido de empresas de capital aberto do setor de bebidas, alimentos e comércio, apurados sob normas distintas nos anos de 2008 e 2009 (COSTA; ALMEIDA; SILVA, 2013), e entre valores do patrimônio líquido de empresas setor têxtil, apurados sob normas distintas nos anos de 2008 e 2009, e que em geral o patrimônio líquido e o lucro líquido apurados com base nos padrões internacionais são maiores que aqueles apurados de acordo com o padrão contábil brasileiro anterior à convergência (SILVA et al, 2013).

Nessa primeira fase de convergência de normas contábeis, as alterações que geraram aumentos mais expressivos no lucro das empresas foram a exclusão dos custos de transação e prêmios na emissão de títulos da apuração do resultado, a inclusão dos incentivos fiscais no resultado, a inclusão do conceito de arrendamento mercantil financeiro, e a proibição da reavaliação de ativos. A redução ao valor recuperável de ativos e a extinção da capitalização de despesas, por outro lado, foram as alterações que mais reduziram o lucro das empresas (SANTOS, 2012).

Os estudos apresentados tomando por base demonstrações contábeis até o exercício de 2009 levaram em consideração as alterações normativas vigentes a partir de 2008, e é importante ressaltar que o processo de convergência contábil brasileiro se deu em duas etapas: 2008 e 2010. Prova disso é a existência de dois pronunciamentos do CPC tratando de adoção inicial, que são o Pronunciamento CPC 13 que aborda a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e também o pronunciamento CPC 37 que aborda a adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Assim, as conclusões obtidas por

esses estudos não necessariamente se repetiriam no cenário de adoção das normas internacionais a partir do ano de 2010.

É possível notar que os estudos em linhas gerais apontam para mudanças significativas na contabilidade em decorrência do processo de convergência de normas contábeis. Apontam igualmente para uma maior qualidade das informações contábeis nesse mesmo período. São evidências que reforçam a importância do processo de convergência pelo qual a contabilidade vem passando no país. Mudanças profundas e que resultam em informações com maior qualidade, e podem repercutir em diversos aspectos, com a possibilidade de redefinir a relevância da contabilidade como provedora de informações aos usuários. Para Miranda, Casa Nova e Cornacchione (2013) esse processo de mudança pode ser considerado um dos motivos que levaram a grandes mudanças na educação em contabilidade no país.

Estudos relacionados ao processo de convergência de normas contábeis são fundamentais no sentido de avaliar os impactos deste processo, apontando pontos positivos, assim como pontos que eventualmente necessitem maior atenção, e a presente pesquisa pretende apresentar dados neste sentido.

2.2 ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INTRODUZIDAS PELAS LEIS Nºs 11.638/2007 e 11.941/2008

Com as referidas alterações normativas alguns componentes passaram a figurar no patrimônio líquido das empresas, ou porque foram introduzidos na atual malha normativa, ou por terem seu tratamento alterado. São relacionados abaixo os componentes que passaram a compor o patrimônio líquido das empresas e que foram estudados no presente trabalho.

2.2.1 Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de ajustes de avaliação patrimonial decorre de determinação expressa em lei federal, passando a ser prevista Lei nº 11.638/2007, tendo sua definição sido alterada pela Lei nº 11.941/2009. Na primeira aparecia o termo “avaliação a preço de mercado” enquanto que na segunda foi utilizado o termo “avaliação a valor justo”, que, terminologicamente, parece mais adequado.

Essa conta contempla as contrapartidas de ajustes de ativos e passivos decorrentes de avaliação a valor justo desses itens, e cujos valores não transitaram pelo resultado. Dessa forma, essa conta não poderá ser classificada como reserva e como regra geral seus componentes deverão ser transferidos para o resultado do exercício à medida que os respectivos ativos e passivos forem sendo realizados (MARTINS et al, 2013).

A contrapartida de avaliação a valor justo de componentes patrimoniais em conta do patrimônio líquido não é uma novidade que no Brasil tenha sido introduzida pelos pronunciamentos do CPC. Tais pronunciamentos acabaram por massificar tratamento já previsto anteriormente, como nos casos específicos da Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Circular nº 192, de 25 de junho de 2002 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que previam o ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda e para negociação com contrapartida em conta do patrimônio líquido.

O conteúdo dessa conta pode ser definido como sendo parte dos outros resultados abrangentes, que compreendem receitas e despesas, incluindo reclassificação, que não são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício como requerido ou exigido por pronunciamentos do CPC (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011c). Essa conta pode incluir variação na reserva de reavaliação quando permitida legalmente, ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício, resultado de conversão de demonstrações contábeis de investidas no exterior, resultados de instrumentos financeiros disponíveis para venda avaliados pelo valor justo, ganhos e perdas de hedge no caso de hedge de fluxo de caixa, e contrapartida de custo atribuído de imobilizado quando permitida sua atribuição.

A conta de ajustes de avaliação patrimonial representa uma parte do patrimônio líquido que está sujeita à realização futura para se tornar parte permanente dele, o que em determinados casos pode nunca vir a ocorrer.

2.2.2 Prêmio recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimentos

Por força do texto original da Lei nº 6.404/76, os valores recebidos a título de prêmio na emissão de debêntures e a título de doações e subvenções para investimentos eram classificados no patrimônio líquido dentro do grupo de reservas de capital. Por força da Lei nº 11.637/2008, tal classificação não é mais permitida e os valores registrados a esse título passaram a transitar pelo resultado do exercício.

Os valores registrados sob o título de doações e subvenções para investimentos, de acordo com o artigo atualizado 195-A da Lei nº 6.404/1976, para não serem tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, devem ser destinados para reserva de incentivos fiscais e não compor a base de cálculo do dividendo obrigatório.

Por analogia, a parcela do lucro decorrente da amortização do prêmio recebido na emissão de debêntures pode também ser destinada para conta específica dentro do patrimônio líquido, desde que não distribuída como dividendo (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2008). Anteriormente, tais valores não transitavam pelo resultado do exercício e eram classificados diretamente como reservas de capital, tendo como consequência sua não inclusão na base de cálculo do dividendo obrigatório.

2.2.3 Gastos com emissão de ações

O conceito de gastos com emissão de ações deriva do conceito de custos de transação, nos termos apresentados pelo CPC no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1), que os define como custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente às transações de distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, de aquisição e alienação de ações próprias, captação de recursos por meio de contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como prêmios na emissão de debêntures ou outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido. Gastos com emissão de ações não incluem ágios e deságios na emissão de títulos e valores mobiliários, assim como despesas financeiras, custos internos administrativos ou custos de carregamento, e devem ser contabilizados de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido em conta de reserva fiscal (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b).

O que a empresa gasta para conseguir mais capital não deve ser considerado como algo relacionado à sua atividade operacional, mas sim a uma transação de capital entre empresa e sócios, que redundará num ingresso líquido de recursos, estes, sim, reconhecidos como aumento líquido de capital (MARTINS et al, 2013).

Anteriormente à normatização introduzida pelo CPC, os gastos com emissão de ações eram levados à contabilização em conta de resultado, compondo o resultado das empresas nos períodos em que essa amortização acontecesse.

2.2.4 Dividendo adicional proposto

O total dos dividendos que podem vir a ser distribuídos aos sócios ou acionistas se divide em obrigatório e adicional proposto. A proposta de distribuição de dividendos corresponde à parte dos lucros que a empresa decidiu destinar aos acionistas e ainda não o fez, não possuindo assim caráter de passivo por não ser ainda uma “obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011b).

A proposta de distribuição de dividendos somente se torna uma obrigação da entidade quando aprovada pela assembleia que é soberana nesse assunto. Até então esse valor fica registrado em conta específica do patrimônio líquido.

A Lei das S.A. exige a contabilização da proposta integral do resultado, e o valor excedente ao mínimo obrigatório deve ser registrado debitando-se lucros ou prejuízos acumulados e creditando-se conta especial do patrimônio líquido (MARTINS et al, 2013).

A divulgação da informação da conta dividendo adicional proposto pelas empresas de capital aberto é value relevant para o mercado de capitais, considerando-se as demonstrações contábeis de 2010. A variável relacionada a essa conta chegou a exercer maior influência sobre os preços das ações do que as variáveis lucro líquido e patrimônio líquido, excluindo-se o valor da conta de dividendos adicionais propostos (SILVA; SILVA; NARDI, 2012).

Formalmente, não subsiste dúvida quanto à forma de contabilização, substancialmente diferente da normatização anterior à existência do CPC, época em que o total dos dividendos figurava no passivo das empresas, independente da aprovação da assembleia de sócios. Porém, historicamente verifica-se que tais valores acabam por ser efetivamente distribuídos, permanecendo pouco tempo no patrimônio líquido das empresas, fazendo com que uma atenção especial recaia sobre essa conta ao se analisar demonstrações contábeis.

2.2.5 Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores deve figurar dentro do patrimônio líquido das entidades como pode ser verificado no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011c). Essa forma de apresentação não era prevista anteriormente aos pronunciamentos do CPC, e a referida participação era apresentada em parte autônoma do lado direito do balanço patrimonial, como pode ser atestado pela Deliberação 488/2005 da Comissão de Valores Mobiliários (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2005).

A inclusão dessa conta no patrimônio líquido não reflete uma mudança na forma de mensuração de algum componente patrimonial ou de resultado, mas sim a reclassificação de valores que já figuravam em conta patrimonial, porém em outro local.

2.2.6 Remuneração baseada em ações

As empresas podem adquirir bens e serviços e a remuneração da aquisição desses recursos pode ser realizada com base em suas ações. Essa remuneração pode se dar por meio de valor relacionado às suas ações, caracterizando-se um pagamento, ou então por meio de instrumentos patrimoniais, caracterizando-se assim um aumento de patrimônio líquido.

Nessa modalidade de remuneração a entidade registra os produtos adquiridos ou serviços recebidos e em contrapartida deve reconhecer o correspondente aumento no patrimônio líquido ou no passivo, de acordo com a modalidade de liquidação (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010d).

A entidade dessa forma tem seu patrimônio líquido aumentado na medida em que recebe bens ou serviços quando contratados sob essa modalidade de remuneração, e deve observar para isso o atendimento das condições estipuladas para que tal remuneração exista.

2.3 BASE NORMATIVA PARA AS ALTERAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As alterações promovidas no patrimônio líquido que foram abordadas no presente estudo são aquelas que puderam ser destacadas de maneira direta, como, por exemplo, a inclusão dos dividendos adicionais propostos, dos ajustes de avaliação patrimonial, participação de acionistas não controladores, entre outras anteriormente citadas.

A tabela 1 apresenta de maneira sintetizada os pronunciamentos do CPC que trouxeram impacto direto na composição do patrimônio líquido:

TABELA 1
Alterações no patrimônio líquido e respectivas normas do CPC.

Alteração abordada	Número do Pronunciamento Técnico
	Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2)
	Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1)
Ajustes de avaliação patrimonial	Pronunciamento Técnico CPC 38 Pronunciamento Técnico CPC 39
Prêmio recebido na emissão de debêntures, e doações e subvenções para investimento	Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1)
Gastos com emissão de ações	Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1)
Dividendo adicional proposto	Interpretação Técnica ICPC 08 (R1)
Participação de acionistas não controladores	Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)
Remuneração baseada em ações	Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1)

Fonte: elaborada pelos autores.

No entanto, o patrimônio líquido também sofre influências de outros fatores não diretamente observáveis, como a contabilização da contrapartida da avaliação a valor justo das propriedades para investimento, por exemplo, que é classificada como resultado do exercício e acaba por influir no patrimônio líquido por compor o lucro ou prejuízo. Modificações dessa natureza não foram objeto do presente estudo, pois nesse caso o foco seria outro, uma vez que todos os lançamentos que afetaram a apuração do resultado do exercício deveriam ser levados em consideração.

Seria possível até mesmo cogitar a hipótese de que todas as alterações promovidas recentemente na contabilidade em algum momento gerariam impacto no patrimônio líquido, direta ou indiretamente. Assim, se fez necessário esse esclarecimento.

3 METODOLOGIA

tipo de estudo desenvolvido teve como critério de classificação de pesquisa o apresentado por Vergara (2009), quanto aos fins e aos meios. Como quanto aos fins, pode ser classificado como descritivo, por expor características de determinada população, no presente estudo representada pelos professores de contabilidade, podendo, também, estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Quanto aos meios, classifica-se como uma pesquisa *ex post facto*, documental e de campo. *Ex post facto* por fazer referência a fatos já ocorridos, aplicável quando o pesquisador não pode controlar ou manipular variáveis,

seja porque suas manifestações já ocorreram, ou então porque as variáveis não são controláveis. Documental por ser realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas. Pesquisa de campo por ser uma investigação empírica no local que dispõe de elementos explicativos de um determinado fenômeno. O ponto inicial do trabalho foi a investigação do referencial teórico que sustentou o conceito de patrimônio líquido, e a pesquisa de publicações recentes, acadêmicas e técnicas, com a intenção de identificar se as mudanças citadas no patrimônio líquido têm sido ou não consideradas e se tais considerações se mostrariam oportunas no sentido de melhorar a qualidade da informação contábil para seus usuários.

A pesquisa empírica do trabalho, que inquirir em face da “experimentável, mensurável da realidade” (DEMO, 2011, p.70), foi inicialmente desenvolvida a partir de publicações na imprensa oficial e das demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esses dados permitiram a obtenção de informações sobre a composição do patrimônio líquido das entidades e também a comparação com os valores desses mesmos grupos, porém sem a inclusão dos novos componentes.

3.1 Amostra

A amostra da pesquisa foi composta por professores em cursos de bacharelado em Ciências Contábeis. Com base nas informações fornecidas pelo Guia do Estudante da Editora Abril foram enviadas mensagens a estes cursos solicitando a participação no estudo.

As amostragens podem ser aleatórias ou então não-aleatórias, sendo este segundo o tipo de amostragem utilizado neste trabalho. Há situações nas quais a seleção de amostras aleatórias é muito difícil ou até mesmo impossível, e geralmente a maior dificuldade está na obtenção de uma lista dos elementos da população (BARBETTA, 2007). Este foi exatamente o caso, pois não foi possível obter a lista completa de todos os professores de cursos de bacharelado em Ciências Contábeis no país, para que a amostra pudesse ser definida como aleatória, o que exigiria que todos possuísem chances iguais de acesso e resposta. Desta maneira se torna impossível o cálculo do tamanho da amostra.

A amostragem não-aleatória também é denominada amostragem não probabilística, e no presente estudo foi utilizada a amostragem intencional, sendo caracterizada pelo direcionamento intencional do investigador a grupos de elementos dos quais se deseja saber opiniões. Por ser considerado um método de amostragem não probabilístico, não é possível generalizar os resultados da amostra para a população (MARTINS, TEÓFILO, 2009). Neste tipo de amostragem a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual dentro dos elementos que a compõe, e pode ou não ser representativo da população em estudo. A amostragem probabilística é preferida em relação à amostragem não-probabilística, mas em muitos cenários de investigação social não é possível, prático, ou até mesmo desejável por limitação de tempo e custos (MAROCO, 2007).

Embora se tenha sido obtido acesso aos representantes dos cursos existentes no país, em diversos casos não houve retorno. Mesmo em casos em que houve retorno, não há como afirmar que todos os docentes efetivamente receberam a solicitação para participação na pesquisa, portanto tiveram chances de participação. Desta maneira, a amostra não pode ser caracterizada como aleatória e isso impõe ao estudo limitações, impossibilitando a realização de inferências para a toda a população.

3.2 BASE DE DADOS PARA PESQUISA

Com a utilização de questionários foi capturada a percepção de professores atuantes em cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, acerca do tema central do estudo. Pela natureza de sua função, esses professores

estão frequentemente em contato com informações contábeis das empresas. As respostas obtidas que não se referiam a esse grupo de respondentes foram descartadas.

O questionário, que é um conjunto ordenado e consistente de perguntas relacionadas a variáveis e situações que se pretende descrever ou medir, representa um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social (MARTINS; TEÓPHILO, 2009).

A avaliação da confiabilidade e validade dos questionários aplicados foi realizada por meio do coeficiente de Cronbach que, segundo Martins e Teóphilo (2009), foi desenvolvido por J.L. Cronbach e sua aplicação produz valores que vão de 0 a 1 ou de 0% a 100%. Quando o coeficiente obtido é superior a 70%, há confiabilidade nas medidas. Hair et al. (2005) afirmam ser aceitável o coeficiente em 0,60 quando se trata de pesquisa exploratória.

Ao proceder à coleta de informações, podem ser verificados pelo pesquisador dois tipos de variáveis: quantitativas e qualitativas. As quantitativas são aquelas que envolvem caráter numérico, enquanto as qualitativas apresentam dificuldade maior de mensuração, por não envolverem fatores numéricos, contendo, assim, certo grau de subjetividade. As variáveis qualitativas, quando necessário, podem ser trabalhadas para apresentar uma série quantitativa. Essa adaptação é possível com a utilização de escalas sociais e de atitude (MARTINS; TEÓPHILO, 2009).

O questionário utilizado no presente estudo apresenta uma escala para medir atitudes, que podem ser definidas como “predisposição apreendida pelo sujeito para responder consistentemente, de maneira favorável ou desfavorável, a respeito de um objeto ou representação simbólica.” (MARTINS; TEÓPHILO, 2009, p. 96). A escala escolhida foi a Likert, desenvolvida por Rensis Likert no início dos anos 30 do século passado.

Questionários apresentam algumas vantagens, como a possibilidade de atingir grande número de pessoas dispersas em áreas extensas, reduzidos gastos com pessoal por não exigir treinamento de pesquisadores, anonimato das respostas, as pessoas podem responder no momento em que acharem mais conveniente, e não expõem os pesquisados à influência das opiniões de aspecto pessoal do entrevistador (GIL, 1999).

Os questionários, utilizados como técnica de pesquisa, apresentam também algumas limitações, como a exclusão de pessoas que não sabem ler e escrever, impedimento de auxílio aos informante quando este não entende corretamente as instruções das perguntas, impossibilidade de se conhecer as condições em que foram respondidos, ausência de garantias quanto ao correto preenchimento podendo implicar em significativa redução da amostra, envolvimento de número relativamente pequeno de perguntas para aumentar a probabilidade de respostas, e oferecimento de resultados bastante críticos em relação à objetividade uma vez que itens podem ter significado diferente para cada sujeito pesquisado (GIL, 1999).

No questionário utilizado apresentou-se uma escala que variou de um a nove, sendo que o número um representou grau máximo de discordância com as afirmações propostas, enquanto o nove representou grau máximo de concordância com as afirmações propostas. Os números intermediários significaram níveis de concordância/discordância parciais situados entre os extremos.

Grande parte das variáveis em pesquisas sociais não são mensuradas numericamente, mas é possível colocá-las em categorias. A observação dos elementos da amostra resulta em dados categorizados. As variáveis devem ser bem definidas, de maneira que cada elemento pesquisado se encaixe em apenas uma categoria (BARBETTA, 2007).

A partir das respostas obtidas, foram elaboradas análises com o propósito de identificar a percepção do grupo estudado acerca das alterações decorrentes das mudanças promovidas recentemente no patrimônio líquido das entidades.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O público-alvo a ser atingido pelo questionário foi o de professores em cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, e para que pudessem ser alcançados foi solicitado o contato das instituições de ensino superior que oferecem esses cursos ao Conselho Federal de Contabilidade, e o retorno obtido foi de que não possuíam essas informações. Alternativamente, foi realizado contato com o Guia do Estudante, da Abril, para obter-se as mesmas informações previamente solicitadas ao CFC. O Guia do Estudante prontamente respondeu à solicitação, e na figura de seu diretor de redação autorizou a utilização dos endereços de e-mail que tinham. Foi fornecido um arquivo com o mailing de 1.115 cursos de graduação no país, com informações baseadas na última atualização feita diretamente com as instituições, entre dezembro de 2011 e março de 2012.

O questionário, em um primeiro momento, foi aplicado a um pequeno grupo de conhecedores de contabilidade, que na época estavam ao menos com os créditos do mestrado em contabilidade concluídos, a título de pré-teste. Com base no retorno promovido por esse grupo, foi possível chegar à versão final aplicada aos professores de contabilidade. A distribuição foi feita por meio de mensagens eletrônicas (e-mails) contendo em seu corpo, além da descrição de características básicas do questionário, o link para o questionário hospedado no Google Docs. Foi, também, incluída uma versão do questionário no corpo do e-mail para aqueles que preferissem responder sem acessar ao link. Foram 23 os respondentes que preferiram participar dessa forma. Das mensagens enviadas em um primeiro momento, 118 voltaram por problemas no envio, partindo-se então para o envio de mensagens a endereços obtidos por meio das páginas oficiais das instituições e também as mantidas no site de relacionamento Facebook, sendo essa última opção a que resultou em respostas mais rápidas e em maior número.

O questionário aplicado foi composto por variáveis não métricas, que são aquelas “que se referem a atributos ou características categóricas, como indicadores de preferência, presença ou ausência de determinada propriedade, e podem ser subdivididas em escalas nominais e ordinais.” (FÁVERO et al., 2009, p.7).

Com base nessas variáveis é possível a elaboração apenas de análises de frequência, como por exemplo o cálculo da moda. São exemplos de medidas de posição a média aritmética, a mediana, a moda, o percentil. São exemplos de medidas de dispersão o desvio-padrão, variância, intervalo interquartil e a amplitude (FÁVERO et al., 2009). As escalas de preferência têm apenas um significado de classificação, e as estatísticas que podem ser calculadas a partir de dados ordinais são a moda e a distribuição de frequência (SHARMA, 1996; COOPER; SCHINDLER (2003 apud FÁVERO et al., 2009)).

As variáveis qualitativas podem ser divididas em qualitativa nominal, para a qual não existe nenhuma ordenação nas possíveis realizações, e em qualitativa ordinal, para a qual existe uma ordem nos seus resultados (BUSSAB; MORETTIN, 2002).

As escalas ordinais, que são as aplicadas no presente questionário, admitem uma relação numérica das suas respostas alternativas, estabelecendo uma relação de ordem entre elas. Nesse caso, não é possível medir a magnitude das diferenças entre as categorias (HILL; HILL, 2008).

O questionário foi elaborado fazendo uso da escala tipo Likert, na qual houve o apontamento de uma escala de preferência. O uso da escala tipo Likert tem certa preferência por parte dos pesquisadores pela possibilidade de o questionário ser montado com várias perguntas em sequência, todas com as mesmas alternativas de respostas, propiciando ao respondente uma maior facilidade de interpretação e tornando menor o tempo total da entrevista (FÁVERO et al., 2009).

O gráfico de barras e o gráfico em forma de pizza são os gráficos mais comuns para a criação de dados oriundos de variáveis qualitativas, mostrando as frequências de observações para cada nível ou categoria da variável que se deseja descrever (MARTINS, 2008).

Seguindo-se nessa linha, com base nas respostas obtidas, foram apresentadas as distribuições de frequências absolutas por meio de gráficos de barra, as distribuições de frequências relativas por meio de gráficos de pizza,

e a moda presente em cada resposta, sendo esta última uma medida de tendência central que resulta no valor mais frequente do conjunto de observações, e é a única das medidas de posição aplicável a variáveis não métricas.

Qualquer pesquisa baseada em mensuração deve se preocupar com precisão ou, então, confiabilidade das medidas. Um coeficiente de confiabilidade demonstra se aquele que elaborou os testes estava correto em esperar um certo conjunto de itens para permitir afirmações que possam ser interpretadas a respeito de diferenças individuais (CRONBACH, 1951). Há métodos distintos para se estimar a confiabilidade de questionários: estabilidade temporal, versões equivalentes, consistência interna do tipo split-half, e o coeficiente alfa (α) desenvolvido pelo investigador americano Cronbach, sendo este considerado “um método melhor para se estimar a consistência interna (fiabilidade interna) de um questionário” (HILL; HILL, 2008, p.146).

Assim, com a intenção de testar a confiabilidade das medidas, foi aplicado o coeficiente alfa de Cronbach, e o seu cálculo (α), alfa, carece de uma única aplicação do instrumento de medição, produzindo valores entre 0 e 1, ou entre 0 e 100%. Quando o coeficiente for superior a 70% diz-se que há confiabilidade das medidas.” (MARTINS; TEÓFILO, 2009, p.15). Hair et al. (2005) afirmam ser aceitável o coeficiente em 0,60 quando se trata de pesquisa exploratória. Hill e Hill (2008) atestam que o coeficiente acima de 0,9 como excelente, entre 0,8 e 0,9 como bom, entre 0,7 e 0,8 como razoável, entre 0,6 e 0,7 como fraco, apresentando como inaceitável valor abaixo de 0,6.

O coeficiente com base nos questionários respondidos ficou em 0,649, acima do que seria aceitável em casos de pesquisas exploratórias, caracterizando a confiabilidade das respostas como fraca pela métrica de Hill e Hill (2008) e como aceitável pela métrica de Hair et al. (2005).

4.1 RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Os questionários foram direcionados a 1.115 instituições de ensino de nível superior no Brasil que oferecem cursos de bacharelado em Ciências Contábeis. O texto que apresentou o questionário solicitava o seu encaminhamento a professores de contabilidade que lecionavam nesses cursos. Foram respondidos 276 questionários, porém três deles caracterizaram os respondentes como não sendo professores de contabilidade, o que resultou nas respectivas exclusões da amostra utilizada.

Dos 273 questionários respondidos, 218 respondentes demonstraram interesse em receber cópia dos resultados obtidos. Essa totalidade dos questionários compreendeu respostas de 20 unidades da federação e, dentro dessa totalidade, 15 respondentes preferiram não informar esse dado. A unidade da federação da qual vieram mais respostas foi São Paulo com 57, seguida por Paraná com 42 e Minas Gerais com 31.

O questionário foi composto de afirmações, e os respondentes apontaram o grau de concordância com cada uma delas. No intuito de tornar a apresentação do resultado mais objetiva, o quadro 1 apresenta um resumo das questões e das respostas indicadas:

QUADRO 1
Grau de concordância dos respondentes com afirmações propostas.

		Grau de concordância									Abs
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	
A f i r m e n t a d o s	1- O valor do Patrimônio Líquido (PL) de uma empresa é informação importante para os usuários da contabilidade.	2	0	1	3	10	6	38	41	171	1
	2- A composição do PL é informação importante para os usuários da informação contábil.	1	0	2	1	4	8	39	53	164	1
	3- As alterações provocadas no PL das empresas pelos pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis afetaram significativamente o valor total desse grupo.	6	2	9	3	28	39	78	43	57	8
	4- As alterações provocadas no PL das empresas pelos pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis afetaram de forma homogênea empresas de setores distintos.	26	20	23	25	46	31	47	34	17	4
	5- As alterações provocadas no PL das empresas pelos pronunciamentos do CPC prejudicaram a comparabilidade entre demonstrações contábeis da própria empresa elaboradas antes e após tais alterações.	25	19	20	13	36	38	44	40	35	3
	6- As alterações introduzidas no PL pelos pronunciamentos do CPC prejudicaram a comparabilidade entre demonstrações contábeis de empresas pertencentes a segmentos distintos.	41	27	16	13	45	32	32	37	27	3
	7- Conhecer a composição do PL e não somente seu valor total se tornou mais importante após as alterações introduzidas pelos pronunciamentos do CPC.	13	8	5	4	24	18	47	48	104	2
	8- Considero importante transmitir aos alunos conhecimentos relacionados à composição do PL e como tal composição pode afetar a utilização das informações contábeis.	0	0	2	3	5	3	18	44	197	1

Fonte: Dados da Pesquisa.

A grande maioria dos entrevistados concorda que o valor do patrimônio líquido é uma informação importante para os usuários da contabilidade, com 93,7% das respostas apresentado algum grau de concordância com a afirmação. Apenas 2,2% dos respondentes não discordam com alguma intensidade dessa afirmação, enquanto os demais mantiveram-se neutros ou então preferiam se abster de responder. Importante notar que 62,6% deles escolheram a resposta que indica grau máximo de concordância com a afirmação, fazendo com que essa afirmação seja amplamente aceita pelos entrevistados. Essa aceitação está alinhada com a definição de patrimônio líquido, uma vez que seu valor depende do valor dos demais componentes patrimoniais, trata de valor residual e, então reconhecer que o valor do patrimônio líquido é importante é reconhecer igualmente a importância dos demais componentes patrimoniais.

Assim como o valor do patrimônio líquido, sua composição também se mostrou importante em algum grau aos participantes da pesquisa, de acordo com a resposta de 96,7% deles. Curioso perceber que mais respondentes consideraram a composição do patrimônio líquido de alguma forma importante (264) do que o próprio valor do patrimônio líquido (256). A importância informada está alinhada com o esperado, pois além do valor do patrimônio líquido ser resultante do valor dos demais componentes patrimoniais, ativos e passivos, sua composição não é homogênea, oferecendo informações valiosas sobre a empresa. Seria sensato diferenciar a parte do patrimônio líquido resultante de transação com sócios, da parte decorrente dos resultados apurados nos exercícios, e da parcela decorrente dos outros resultados abrangentes, pelo comportamento díspar entre elas.

As alterações promovidas no patrimônio líquido pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis afetaram significativamente esse grupo para 79,5% dos participantes do estudo, enquanto que 7,3% deles discordaram em algum grau dessa afirmação. A maioria ainda concorda, mas relevante destacar que nessa terceira afirmação não há mais uma concentração tão acentuada em escalas específicas, e os 79,5% de concordância se apresentaram mais diluídos entre as quatro respostas que significavam algum grau de concordância, o que pode ser interpretado como uma menor concordância entre os respondentes sobre o assunto.

Aproximadamente metade das respostas – 47,2% - indicou concordância com um impacto homogêneo em empresas de setores distintos, decorrente das alterações promovidas no patrimônio líquido pela recente normatização contábil. Não concordaram com essa afirmativa 34,4% dos respondentes, enquanto que 16,8% responderam não concordar nem discordar. Como é possível identificar, as respostas se mostraram bem

divididas, o que não deixa de ser curioso, uma vez que seria justo imaginar que a maior parte das respostas poderia ter indicado discordância da afirmativa. As empresas possuem comportamentos, necessidade de capitalização, lucratividade, estrutura, fontes de financiamento distintas. Isso poderia levar a acreditar que as alterações promovidas impactassem as empresas de maneira desigual, em especial como resultado de mudanças como a forma de contabilização dos dividendos adicionais propostos, da apresentação da participação de acionistas não controladores que passou a ser feita dentro do patrimônio líquido, do surgimento da conta de ajuste de avaliação patrimonial, e da nova forma de se contabilizar gastos com emissão de ações, por serem itens que ocorrem de forma diversa entre as entidades.

Ao apresentarem suas respostas, os participantes não demonstraram um comportamento fortemente preponderante, mas ainda assim foi possível perceber uma tendência definida, pois 57,5% deles concordaram e 28,2% discordaram da afirmação apresentada, de que as alterações promovidas no patrimônio líquido prejudicaram a comparabilidade das demonstrações contábeis da própria empresa, antes e depois de tais alterações. Os 14,3% restantes ou responderam o grau intermediário, que pode ser interpretado como indecisão (5), ou se abstiveram de responder.

Comportamento sem tendência clara definida igualmente foi observado nas respostas relacionadas à afirmativa de que as alterações prejudicaram a comparabilidade entre demonstrações contábeis de empresas pertencentes a segmentos distintos. Do total de respostas, 46,9% apontaram concordância com a afirmativa, enquanto que 35,5% apontaram discordância, comportamento razoavelmente similar à afirmativa de número quatro, que também abordou a questão de empresas pertencentes a segmentos distintos. Nota-se não haver comportamento preponderante conduzindo as respostas relacionadas a empresas de segmentos distintos, situações nas quais as percepções dos professores se apresentaram consideravelmente heterogêneas.

Voltou a aparecer outro comportamento uniforme quando foi apresentada a afirmativa de que se tornou mais importante conhecer a composição do patrimônio líquido, e não somente seu valor total, após as alterações introduzidas nesse grupo. Do total de respostas, 79,5% delas apresentaram algum grau de concordância com a afirmativa, enquanto que 11% apresentaram algum grau de discordância. Esse conjunto de respostas aponta para um comportamento esperado, dadas as diferentes naturezas dos componentes do patrimônio líquido: transações com sócios, resultados apurados nos exercícios e outros resultados abrangentes.

Também a última afirmativa do questionário apresentou comportamento uniforme, mostrando que 96% dos participantes do estudo concordaram, ao considerarem importante transmitir aos alunos conhecimentos relacionados à composição do patrimônio líquido, e como tal composição pode afetar a utilização das informações contábeis. Apenas 1,8% dos participantes discordaram dessa afirmativa, e foi a que apresentou respostas mais concentradas no maior grau de concordância (9), assim como concordância em algum grau. Isso demonstra a percepção, por parte dos docentes, quase unânime no tocante à importância do patrimônio líquido no processo de transmissão de conhecimentos na área contábil.

Os respondentes apresentaram assim comportamento homogêneo, e até de certa forma esperado. Demonstraram que é importante transmitir aos alunos conhecimentos relacionados à composição do patrimônio líquido. Seu valor e sua composição são informações relevantes aos usuários da informação contábil. Demonstrado também ficou que as alterações recentes afetaram de maneira significativa o valor total desse grupo, e conhecer sua composição, e não somente seu valor total, se tornou mais importante após as alterações promovidas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O mesmo não se pode afirmar com relação à percepção dos professores de contabilidade relacionada à forma como as alterações promovidas no patrimônio líquido afetaram a comparabilidade de informações contábeis de uma mesma empresa, antes e após tais alterações, e em especial a percepção do impacto das alterações em empresas de segmentos distintos. As respostas relacionadas à forma como as referidas alterações impactaram empresas de setores distintos, e também as relacionadas à comparabilidade das informações contábeis se apresentaram muito dispersas.

Desperta interesse a dispersão das respostas dos professores nessas três questões. Na tentativa de detalhar um pouco mais essa dispersão, foi realizado um corte por titulação. Quando da distribuição do questionário, os respondentes poderiam ou não se identificar. Por meio de pesquisa ao site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), acessando a Plataforma Lattes, dentre aqueles que se identificaram, foi possível levantar a titulação de 188 participantes. Não foi possível identificar a titulação de 85 participantes.

Dentre os participantes identificados havia 57 com titulação em nível de graduação ou especialização, 71 com mestrado em contabilidade, 37 com mestrado em outras áreas, 13 com doutorado em contabilidade, e 10 com doutorado em outras áreas.

Detalhando-se por titulação a distribuição das respostas, foi possível a elaboração do quadro 2

Nas afirmativas sem dispersão significativa nas respostas, o comportamento com divisão por titulação igualmente se apresentou sem dispersão significativa entre elas. Foram as questões abordando a importância do valor e da composição do patrimônio líquido, alterações no total do patrimônio líquido decorrentes das mudanças normativas, importância de se conhecer a composição e não somente o valor total desse grupo, e importância da transmissão aos alunos conhecimentos sobre a sua composição.

Porém como observado anteriormente, em respostas vinculadas a duas afirmativas não houve uma tendência predominante bem definida.

QUADRO 2
Distribuição das respostas por titulação.

	Graduado/ Especialista	Mestre em contabilidade	Mestre em outras áreas	Doutor em contabilidade	Doutor em outras áreas
Questão 1					
Discordância - 1 a 4	1,8%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Neutralidade - 5	1,8%	2,8%	2,7%	0,0%	20,0%
Concordância - 6 a 9	98,5%	93,0%	97,3%	100,0%	70,0%
ABS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 2					
Discordância - 1 a 4	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Neutralidade - 5	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	10,0%
Concordância - 6 a 9	100,0%	93,0%	100,0%	100,0%	90,0%
ABS	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 3					
Discordância - 1 a 4	5,3%	9,9%	13,5%	7,7%	0,0%
Neutralidade - 5	12,3%	4,2%	13,5%	7,7%	0,0%
Concordância - 6 a 9	80,7%	80,3%	67,6%	84,6%	100,0%
ABS	1,8%	5,6%	5,4%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 4					
Discordância - 1 a 4	26,3%	40,8%	24,3%	53,8%	60,0%
Neutralidade - 5	19,3%	14,1%	27,0%	7,7%	30,0%
Concordância - 6 a 9	50,9%	43,7%	48,6%	38,5%	10,0%
ABS	3,5%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 5					
Discordância - 1 a 4	26,3%	32,4%	29,7%	23,1%	40,0%
Neutralidade - 5	12,3%	18,3%	8,1%	7,7%	0,0%
Concordância - 6 a 9	59,6%	47,9%	62,2%	69,2%	60,0%
ABS	1,8%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 6					
Discordância - 1 a 4	35,1%	28,2%	40,5%	46,2%	50,0%
Neutralidade - 5	15,8%	15,5%	24,3%	7,7%	0,0%
Concordância - 6 a 9	49,1%	53,5%	35,1%	46,2%	50,0%
ABS	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 7					
Discordância - 1 a 4	3,5%	14,1%	10,8%	0,0%	20,0%
Neutralidade - 5	5,3%	9,9%	8,1%	15,4%	10,0%
Concordância - 6 a 9	91,2%	73,2%	81,1%	84,6%	70,0%
ABS	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Questão 8					
Discordância - 1 a 4	1,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%
Neutralidade - 5	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	10,0%
Concordância - 6 a 9	98,2%	94,4%	100,0%	100,0%	90,0%
ABS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao abordar a concordância com um impacto homogêneo em empresas de setores distintos, decorrente das alterações promovidas no patrimônio líquido pela recente normatização contábil, a maioria relativa (47,2%) dos respondentes concordou em algum grau com essa afirmativa, embora não tenha existido uma grande diferença com relação às respostas que discordaram, que totalizaram 34,4%. Seria razoável discordar dessa afirmativa, uma vez que cada empresa possui sua realidade e as alterações naturalmente impactariam empresas distintas de maneiras diversas. Poderia ser bastante razoável afirmar que uma empresa pertencente a um segmento mais maduro e sem necessidade tão grande de novos investimentos fosse melhor pagadora de dividendos do que uma empresa pertencente a um segmento com necessidade de investimento constante em

novas tecnologias, e isso levaria a um comportamento desigual entre elas no tocante à conta de dividendos adicionais propostos, o que por sua vez levaria a um impacto da mesma forma desigual no patrimônio líquido de cada uma. Ao segmentar as respostas, apenas discordaram as maiorias relativas compostas por professores com titulação de doutor, independente de ser na área contábil ou não, totalizando 53,8% das respostas vinculadas à titulação de doutor em contabilidade, e 60,0% das vinculadas à titulação de doutor em outras áreas do conhecimento. Constitui um dado consideravelmente relevante o fato de os professores com titulação de doutor, independente da área, possuírem uma percepção contrária ao esperado com base nos argumentos apresentados, mas não se pode ignorar que podem ter feito leituras diferentes do que seria afetar de forma homogênea. Uma possibilidade seria a interpretação no sentido de que as empresas devem refletir sua realidade econômica nas informações contábeis, e todas devem fazê-lo da mesma forma, assim o impacto seria homogêneo em setores distintos.

Ao apresentar a percepção sobre o suposto prejuízo de comparabilidade entre empresas pertencentes a segmentos distintos, as respostas associadas à titulação de doutor em contabilidade e doutor em outras áreas do conhecimento foram as que mais se posicionaram no sentido de discordar da afirmativa, com 46,2% e 50,0% das respostas, respectivamente. As respostas que mais se posicionaram no sentido de concordar com a afirmativa foram as associadas à titulação de mestres em contabilidade, com 53,5%. A titulação que apresentou maior percentual de respostas na escala intermediária, podendo ser considerado um ponto de neutralidade entre discordância e concordância, foi a de mestres em outras áreas do conhecimento, com 24,3%. Na medida em que empresas distintas são afetadas de maneiras distintas, não estariam todas as informações evidenciadas da mesma maneira. Eventualmente o entendimento sobre o que seria comparabilidade pode ajudar a explicar a dispersão nas respostas.

Comparabilidade é uma característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. A consistência está relacionada à comparabilidade, mas não significa o mesmo. A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia no seu alcance. Comparabilidade não se confunde com uniformidade, coisas iguais devem parecer iguais, e coisas diferentes devem parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábil-financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais, ou que coisas iguais pareçam diferentes (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011b). Assim, informações contábeis parecidas não são necessariamente comparáveis, e o contrário é igualmente verdadeiro.

O estudo permitiu observar a percepção dos professores de contabilidade sobre questões específicas ligadas às alterações que impactaram o patrimônio líquido das empresas. Houve questões nas quais as percepções se mostraram com uma percepção dominante, e questões com ausência de uma percepção dominante. Ao detalhar a percepção dos professores por titulação, foi possível notar que naquelas questões nas quais não houve uma tendência dominante por parte do grupo como um todo, existiu uma diferença clara de posicionamento entre as diferentes titulações, o que pode ter sido o motivo, ou um dos motivos, que levou à ausência de um comportamento dominante nas respostas. Ficou demonstrado que em determinadas questões, as percepções dos professores não são homogêneas quando segmentadas por titulação.

Apresentar uma resposta relacionada a uma afirmativa sobre a importância de se conhecer o total do patrimônio líquido requer um grau diferente de arcabouço conceitual do respondente com relação à apresentação de uma resposta relacionada a uma afirmativa sobre comparabilidade de informações contábeis entre empresas de setores distintos. Nesse sentido é possível concluir que a titulação dos respondentes refletiu na leitura que fazem das afirmativas em situações nas quais essas afirmativas se apresentaram menos objetivas.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo objetivou esclarecer questões relacionadas ao nível de compreensão dos professores de contabilidade acerca das alterações promovidas no patrimônio líquido das empresas, por força da alteração da malha normativa contábil brasileira em função da sua internacionalização.

O questionário foi utilizado para capturar a percepção de professores de contabilidade atuantes em cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, cuja confiabilidade e validade foram avaliados por meio do coeficiente de Cronbach. O coeficiente com base nos questionários respondidos ficou em 0,649, acima do que seria aceitável em casos de pesquisas exploratórias, caracterizando a confiabilidade das respostas como fraca pela métrica de Hill e Hill (2008) e como aceitável pela métrica de Hair et al. (2005).

Com base em endereços

com base em endereços fornecidos pelo Guia do Estudante, os questionários foram direcionados a 1.115 instituições de ensino de nível superior no Brasil que oferecem cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, totalizando 276 respostas. Porém, três respostas foram eliminadas da amostra pelo fato de o respondente não ser professor de contabilidade.

Foram apresentadas afirmações em que o respondente identificaria o grau de concordância com cada uma delas, em uma escala tipo Likert, de 1 a 9.

As respostas se mostraram com comportamento homogêneo, e apontando para uma tendência alinhada em seis das oito afirmativas apresentadas. A maioria dos respondentes concordou que o valor e a composição do patrimônio líquido são informações importantes para usuários das informações contábeis, que as alterações provocadas no patrimônio líquido das empresas pelos pronunciamentos do CPC afetaram significativamente o valor total desse grupo e também prejudicaram a comparabilidade entre demonstrações contábeis da própria empresa, elaboradas antes e após tais alterações. Igualmente, houve concordância sobre ser importante conhecer a composição do patrimônio líquido e não somente seu valor total, assim como ser importante também a transmissão dos conhecimentos relacionados à composição do PL e de como pode afetar a utilização das informações contábeis.

Ao abordar a percepção sobre as mudanças contábeis relacionadas ao patrimônio líquido de empresas de setores distintos, a amostra deixou de apresentar um comportamento com tendência predominante. Aproximadamente metade das respostas – 47,2% - indicou concordância com um impacto homogêneo em empresas de setores distintos, decorrente das alterações promovidas no patrimônio líquido pela recente normatização contábil, enquanto que não concordaram com essa afirmativa 34,4% dos respondentes, e 16,8% responderam não concordar nem discordar. Mesmo comportamento é verificado nas respostas relacionadas à afirmativa de que as alterações prejudicaram a comparabilidade entre demonstrações contábeis de empresas pertencentes a segmentos distintos, uma vez que 46,9% delas apontaram concordância com a afirmativa, enquanto que 35,5% apontaram discordância.

Ao detalhar por titulação dos respondentes a percepção dos professores, foi possível notar que naquelas questões nas quais não houve uma percepção com tendência dominante por parte do grupo como um todo, existiu uma diferença clara de posicionamento entre as diferentes titulações. Essa diferença de posicionamento, entre respostas de acordo com a titulação do respondente, pode ser apontada como um dos motivos que da ausência de um comportamento dominante nas respostas. As percepções dos respondentes se mostraram mais dispersas por titulação na medida em que as afirmativas se mostraram menos objetivas.

Tal comportamento heterogêneo ao segmentar as respostas por titulação dos respondentes constitui um achado relevante, por evidenciar compreensões distintas de acordo com essa titulação, sem emitir aqui juízo de valor, sobre o que seria certo ou errado. O objetivo do trabalho não foi emitir juízo de valor, e eventualmente nem poderia ser, pois percepções são individuais, resultado do universo de cada participante, e percepções distintas podem possuir ocasionalmente argumentos igualmente defensáveis.

Cada um vê o mundo com os olhos que tem, e os olhos veem o que querem (SARAMAGO, 1995). Concluir que a titulação dos respondentes, no caso professores de contabilidade, pode interferir em suas percepções, constitui um material rico para uma maior compreensão do processo de transmissão de conhecimento a que pertencem.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, B. C. M.; CRUZ, C. F.; OVIEDO, T. G.; SALOTTI, B. M.; MARTINS, E. Impacto da transição de normas contábeis sobre o lucro e o patrimônio da companhias brasileiras componentes do IBxR-100. Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, v.16, n.3, p.138-154, set/dez.2013.
- ALMEIDA, J. E. F. Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos. 2010. 188p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, São Paulo, 2010.
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 7.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- BENETTI, C. Stakeholders perception of IFRS utility. 2011. 254p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, e Department of Management Science of the University of Grenoble, São Paulo, 2011.
- BRAGA, J. P.; ARAUJO, M. B. V. de; MACEDO, M. A. da S.; CORRAR, L. J.. Análise do impacto das mudanças nas normas contábeis brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. Revista Contemporânea de Contabilidade. v. 8, n. 15, p. 105-128, jan./jun. 2011.
- BRASIL. Lei nº 6.404. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 15 de dezembro de 1976.
- Brasil. Lei nº 11.638. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 28 de Dezembro de 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.941. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, (...); e dá outras providências. Brasília, 27 de Maio de 2009.
- BUSSAB, Wilton de O., MORETTIN, Pedro A. Estatística básica.5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAMBRIA, M. O impacto da primeira adoção das normas IFRS nas empresas européias químicas e de mineração: pesquisa descritiva. 2008. 130p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, N. Essência x forma na contabilidade. In: MOSQUERA, R. Q.; LOPES, A. B. (coord); Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos). São Paulo: Dialética, 2010.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM nº 488. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 2005.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS. Pronunciamento técnico CPC 13 – adoção inicial da lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08. Brasília, 05 de Dezembro de 2008.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS. Pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Brasília, 02 de Outubro de 2009a.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS. Pronunciamento técnico CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação. Brasília, 02 de Outubro de 2009b.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS. Pronunciamento técnico CPC 02 (R2)– efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Brasília, 03 de Setembro de 2010a.

- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 08 (R1)– Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Brasília, 03 de Dezembro de 2010b.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 07 (R1)– Subvenção e assistência governamentais. Brasília, 03 de Novembro de 2010c.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações. Brasília, 03 de Dezembro de 2010d.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. Brasília, 03 de Junho de 2011a.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento conceitual básico (R1). Brasília, 02 de Dezembro de 2011b.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, 02 de Dezembro de 2011c.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Interpretação técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Brasília, 01 de Junho de 2012.
- COSTA, T. A.; ALMEIDA, S. R. V.; SILVA, A. H. C. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas de extração e processamento de recursos naturais. In: II CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ADCONT 2011, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: . Acesso em: 05/12/2011.
- COSTA, J.A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M.. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. Contabilidade, Gestão e Governança. v. 15, n. 2, p. 110-126, mai/ago 2012.
- COSTA, T. A.; ALMEIDA, S. R. V.; SILVA, A. H. C. Uma análise dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo de empresas de capital aberto no setor de bebidas, alimentos e comércio. Pensar Contábil. Rio de Janeiro, v.15, n.56, p.4-13, jan/abr.2013.
- CRONBACH, Lee J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. Psychometrika, vol. 16, no.8, September 1951.
- DEMERJIAN, P. R. Accounting standards and debt covenants: has the “balance sheet approach” led to a decline in the use of balance sheet covenants? Journal of Accounting & Economics, v.52, issues 2-3, p. 178-202, November 2011.
- DEMO, P. Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico .2.ed. 18. reimpr. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FÁVERO, Luiz Paulo Lopes et al. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FURUTA, F.; BISPO, J. S.; VIEIRA, P. S. Convergência internacional: nível de disclosure e impactos de inovações legais sobre o patrimônio líquido e o resultado das grandes empresas instaladas no Brasil. In: X CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2010, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2010. Disponível em: . Acesso em: 05/12/2011.
- GERON, C. M. S. Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos trinta anos: da lei nº 6.404/76 à lei nº 11.638/07. 2008. 300p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUIMARÃES, C. C. Impacto do ISE no valor da empresa obtido pelo modelo Ohlson. 2010. 194p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2010.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

- HAIR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. Análise multivariada de dados; tradução de Adonai Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. Investigação por questionário. 2. ed. 3. reimpr. Lisboa: Sílabo. 2008.
- IUDÍCIBUS, S. Essência sobre a forma e o valor justo: duas faces da mesma moeda. In: MOSQUERA, R. Q.; LOPES, A. B. (coord). Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos). São Paulo: Dialética, 2010.
- KARAMANOU, I.; NISHIOTIS, G. P. Disclosure and the Cost of Capital: Evidence from the Market's Reaction to Firm Voluntary Adoption of IAS. *Journal of Business Finance & Accounting*. v. 37, n. 7 e 8, p. 793 – 821, set./out. 2009.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- LOPES, A. B.; MOSQUERA, R. Q. O direito contábil – fundamentos conceituais, aspectos da experiência brasileira e implicações. In: MOSQUERA, R. Q.; LOPES, A. B. (coord). Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos). São Paulo: Dialética, 2010.
- MAROCO, João. Análise estatística – com utilização do SPSS. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2007.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3. ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; TEÓFILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, O. S.; PAULO, E.. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações*. v. 4, n. 9, p. 30-54, mai-ago 2010.
- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, E.; GELBCKE E.R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de. Manual de contabilidade societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MIRANDA, V. L. Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da união européia. 2008. 107p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MIRANDA, G.J.; CASA NOVA, S.P.C.; CORNACCHIONE, E.B. The accounting education gap in Brazil. *China-USA Business Review*, v. 12, n. 4, p. 361-372, 2013.
- NETO, J. E. B.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T.. Impacto da convergência para IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. v. 20, n.4, p. 131-153, out./dez. 2009.
- O'CONNELL, V.; SULLIVAN, K.. The impact of mandatory conversion to IFRS on the net income of FTSEurofirst 80 firms. *The Journal of Applied Research in Accounting and Finance*. v. 3, n. 2, p. 17-26, 2008.
- SILVA, R. L. M.; LOPES, A. B. Demonstrações contábeis no Brasil após adoção do CPC 13: reação do mercado de ações e consequências econômicas. In: 12º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, Julho de 2012, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: < <http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos122012/324.pdf> >. Acesso em: 26/02/2013.
- _____; SILVA, E. B. G.; NARDI, P. C. C. A relevância do dividendo adicional proposto. In: 10º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, Julho de 2013, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: < <http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos132013/326.pdf> >. Acesso em: 07/05/2013.
- _____. Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo do capital próprio. 2013. 217p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- SANTOS, E. S.. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: um exame dos ajustes aos resultados nas DFPs de 2008. *Revista de Contabilidade e Organizações*. v. 6, n. 15, p. 23-43, 2012.
- SARAMAGO, J.. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C.; ALMEIDA, S. R. V.; SOUZA, S. M.; COSTA, T. A. Uma análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor têxtil. *RIC – Revista de Informação Contábil*. v.7, n.2, p.1-18, abr/jun.2013.
- SUNDER, S. *Theory of accounting and control*. Ohio: South-Western Publishing,
- SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. Circular nº 192. Estabelece critérios para avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários. Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2002.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- VIEIRA, R. B. Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto. 2010. 73p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.
- ZEGHAL, D.; MHEDHBI, K. Analyzing the effect of using international accounting standards on the development of emerging capital markets. *International Journal of Accounting and Information Management*, v.20, iss.3, p.220-237, 2012.